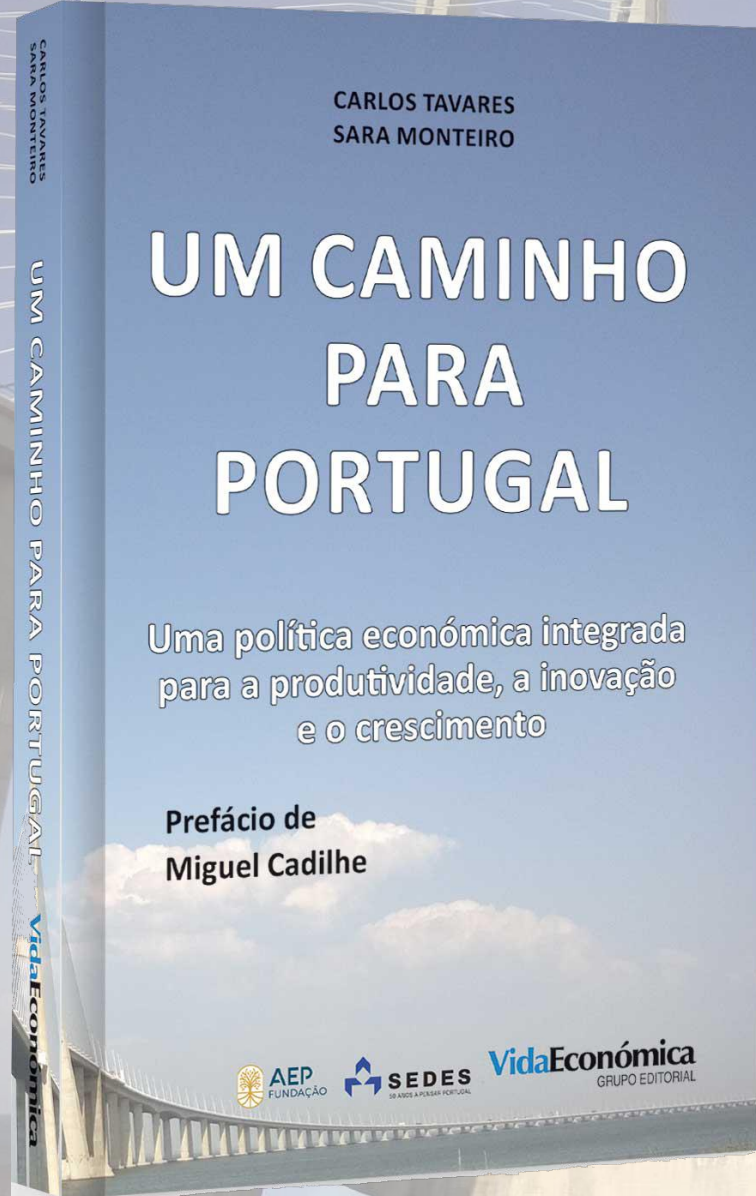


# Economia Portuguesa: A estrutura e a conjuntura

Aula Aberta UAL em 16/11/2023

Carlos Tavares



# Um Caminho para Portugal

Uma política económica integrada para a produtividade, a inovação e o crescimento

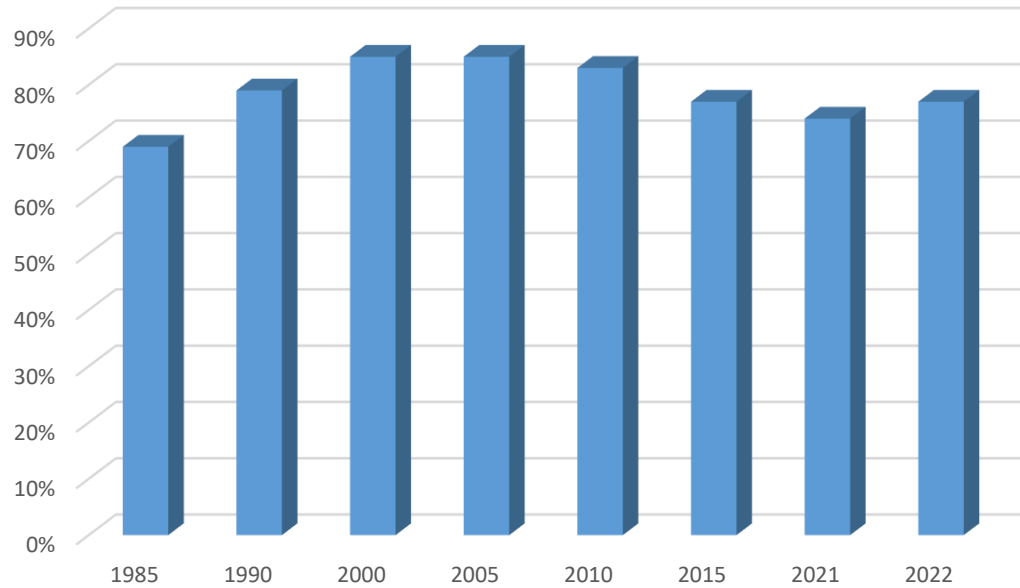
Carlos Tavares e Sara Monteiro

Prefácio de: Miguel Cadilhe

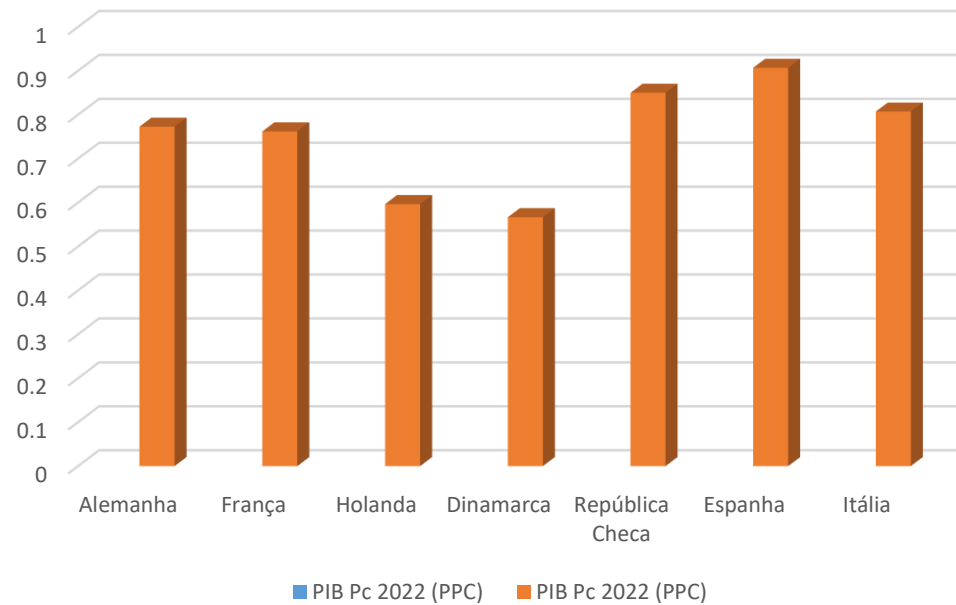


# A longa divergência da riqueza nacional

Portugal PIB Pc (PPC)  
em % da UE

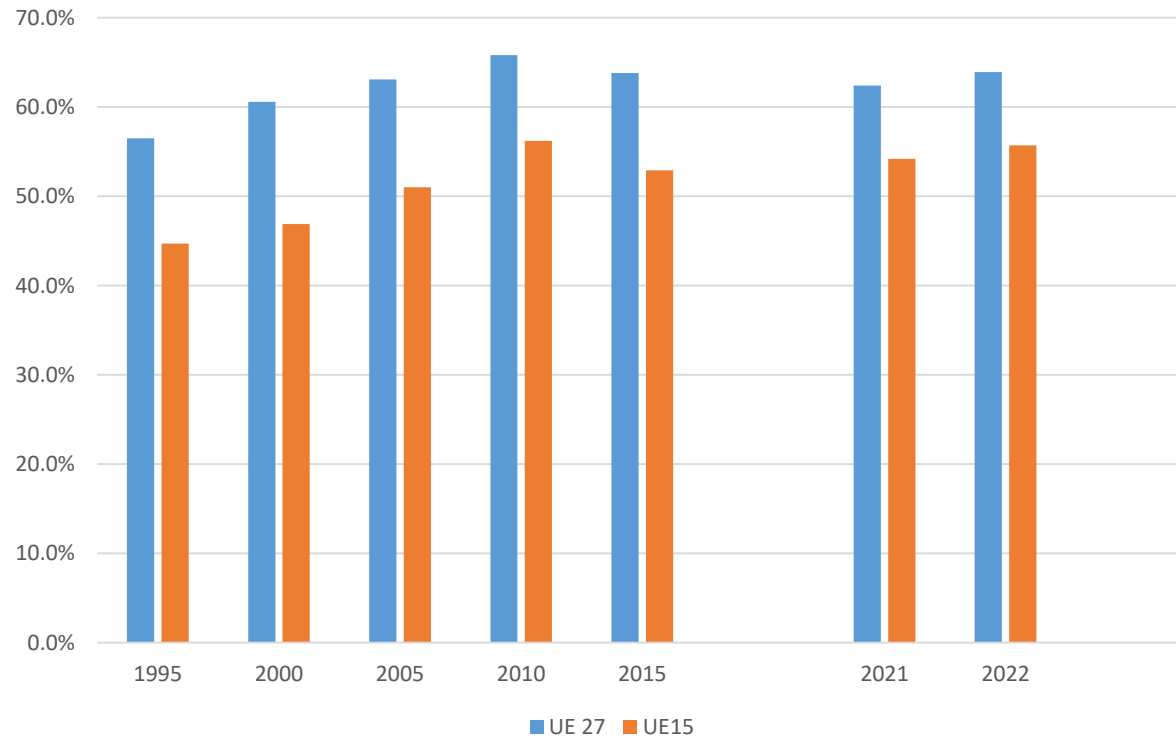


PIB pc2022 (PPC)  
PT em % de outros

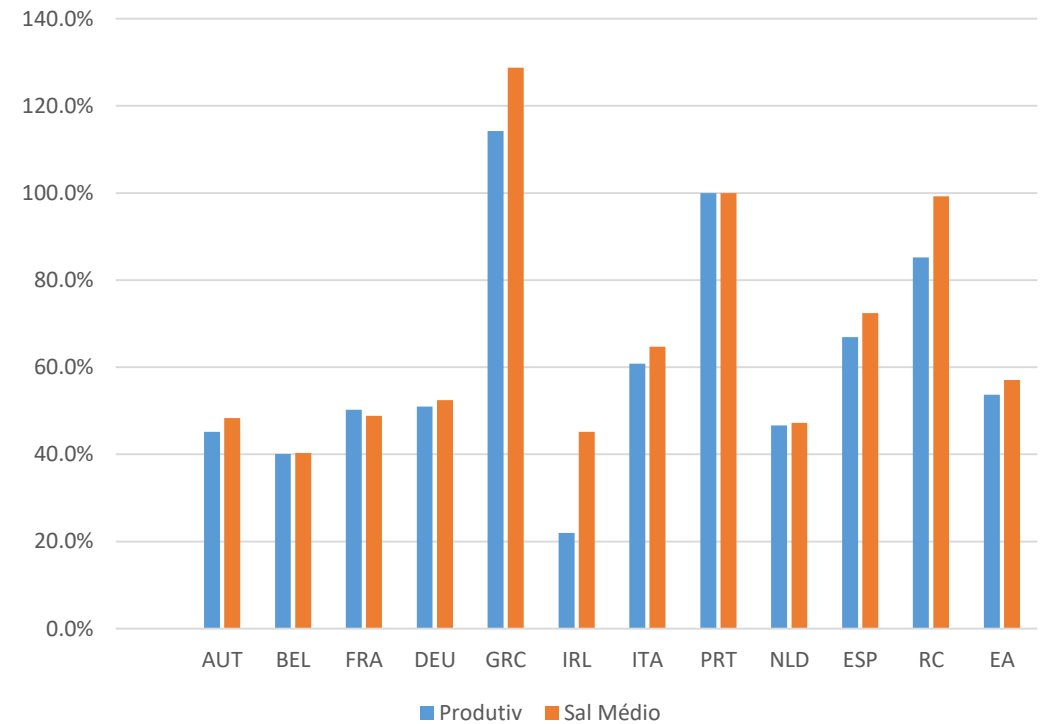


# A longa divergência da produtividade

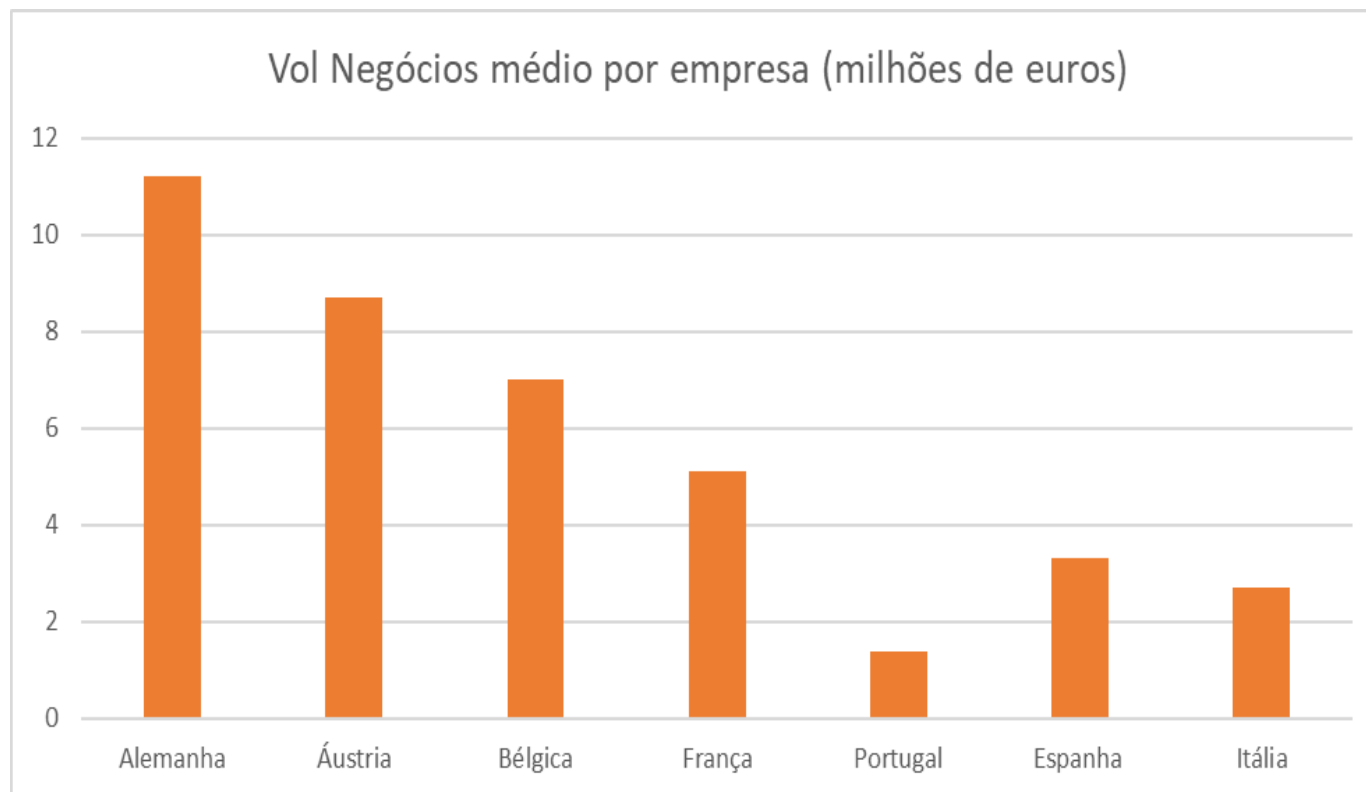
## PIB por pessoa empregada - PT em % da UE



## Produtividade e Salário Médio

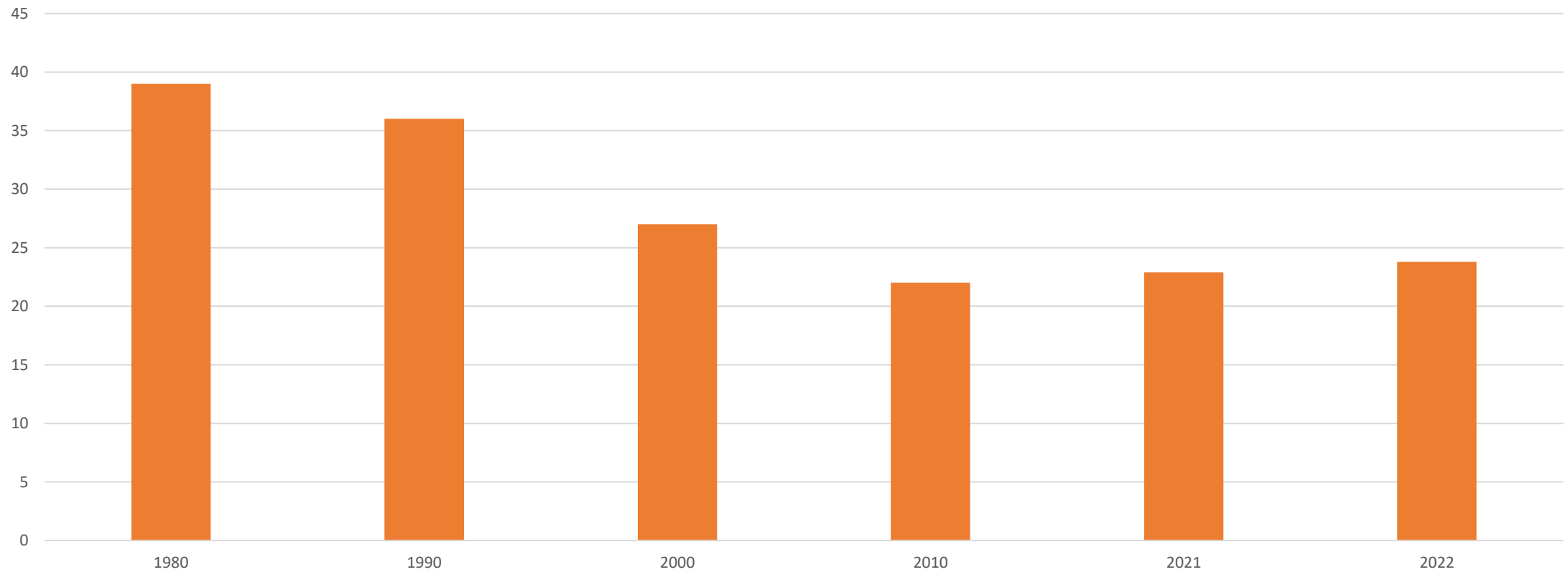


# Uma economia de empresas com baixa produtividade e falta de escala

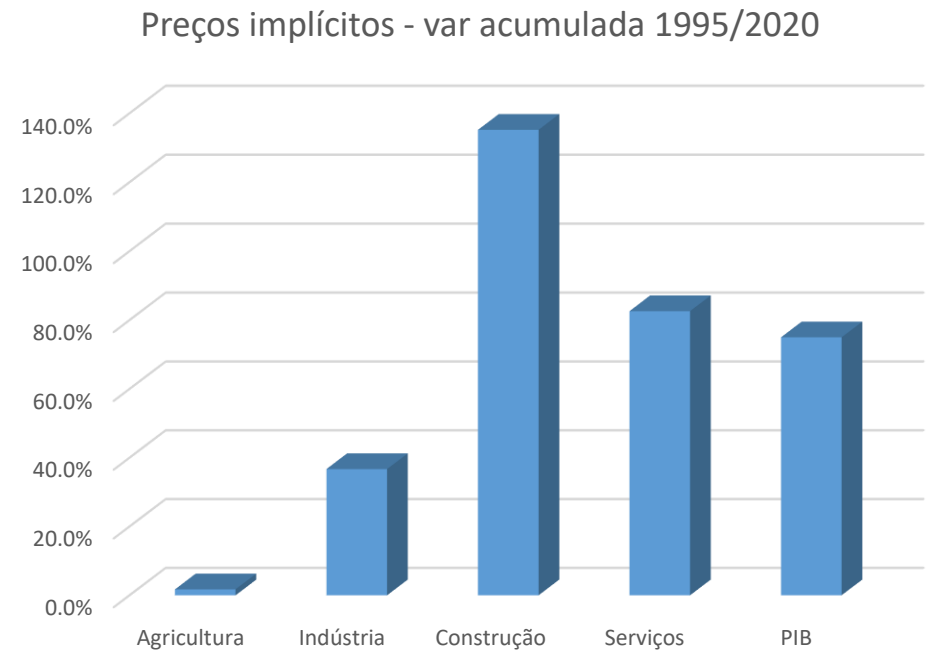
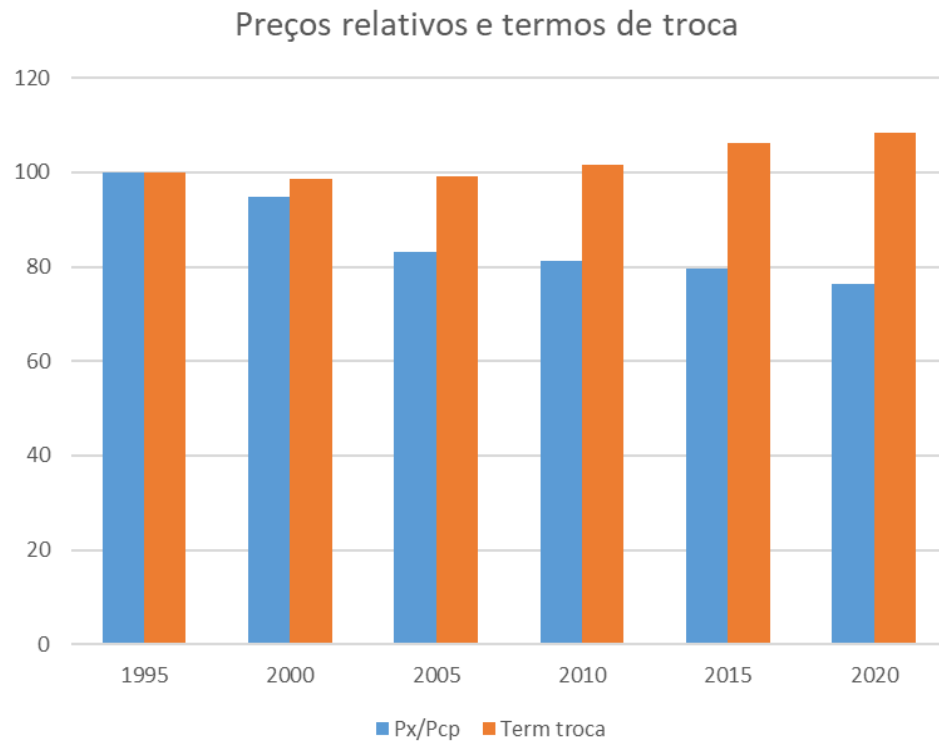


# Uma pequena economia aberta onde o sector transaccionável tem um peso reduzido

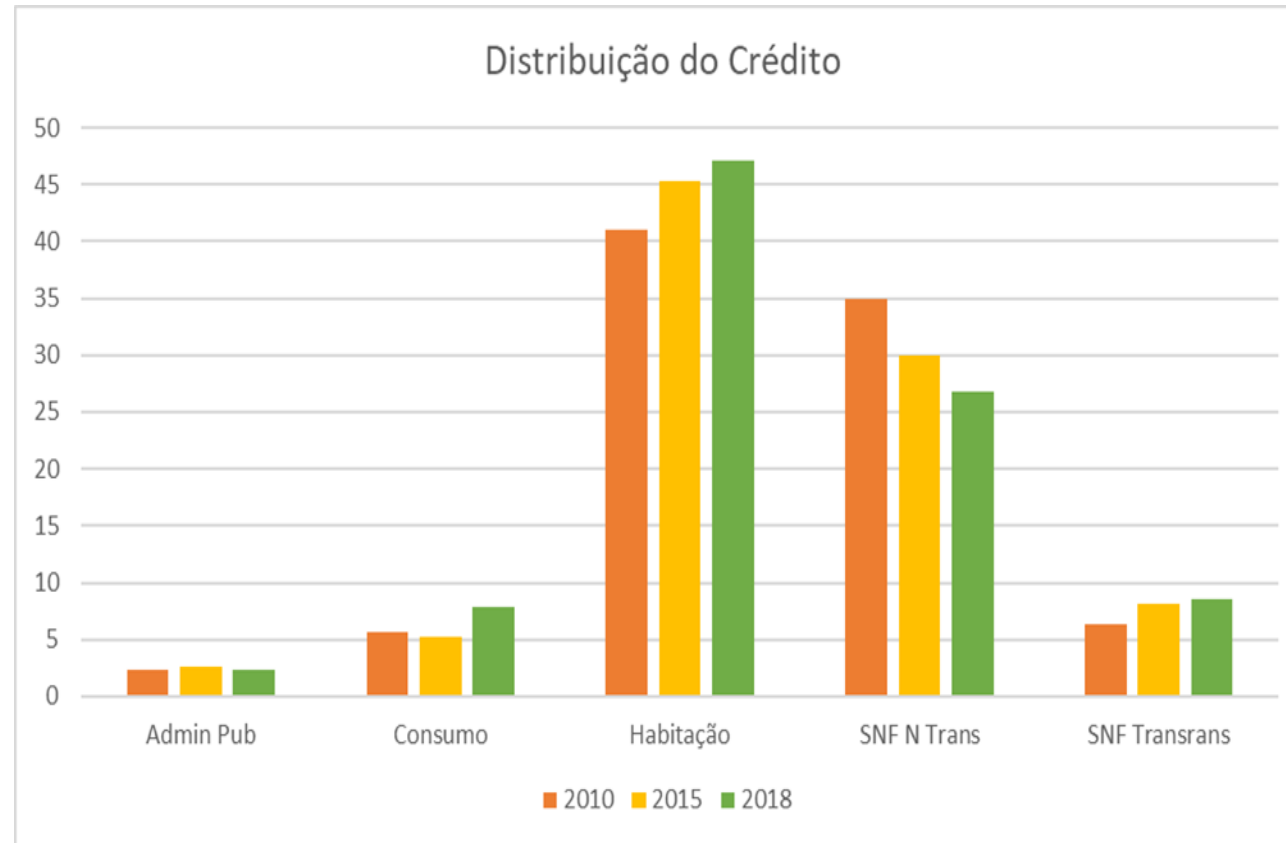
Peso dos VAB dos transaccionáveis no VAB Total



# Preços e margens mais elevados nos sectores de bens não transacionáveis indiciam concorrência insuficiente no mercado doméstico

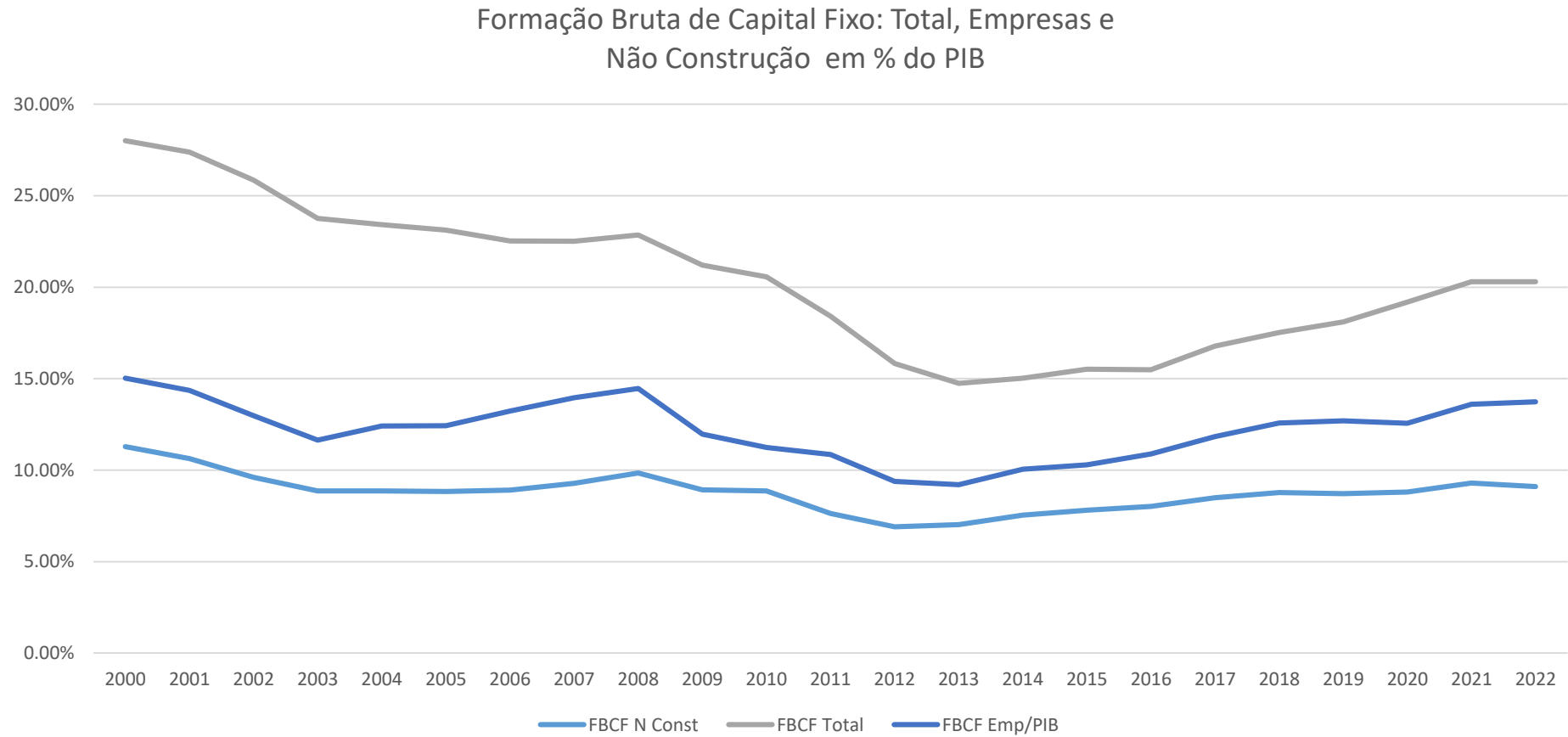


# O financiamento e o investimento têm sido dirigidos predominantemente para os sectores de bens não transaccionáveis

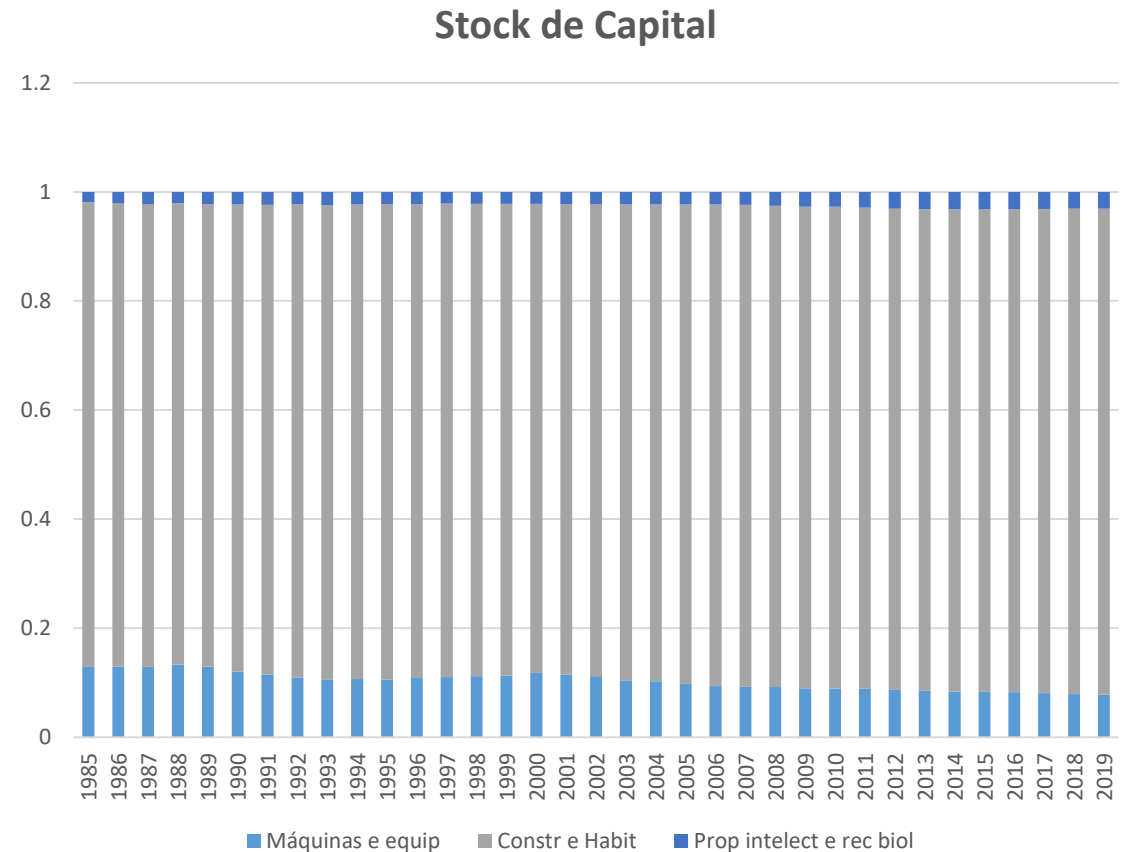
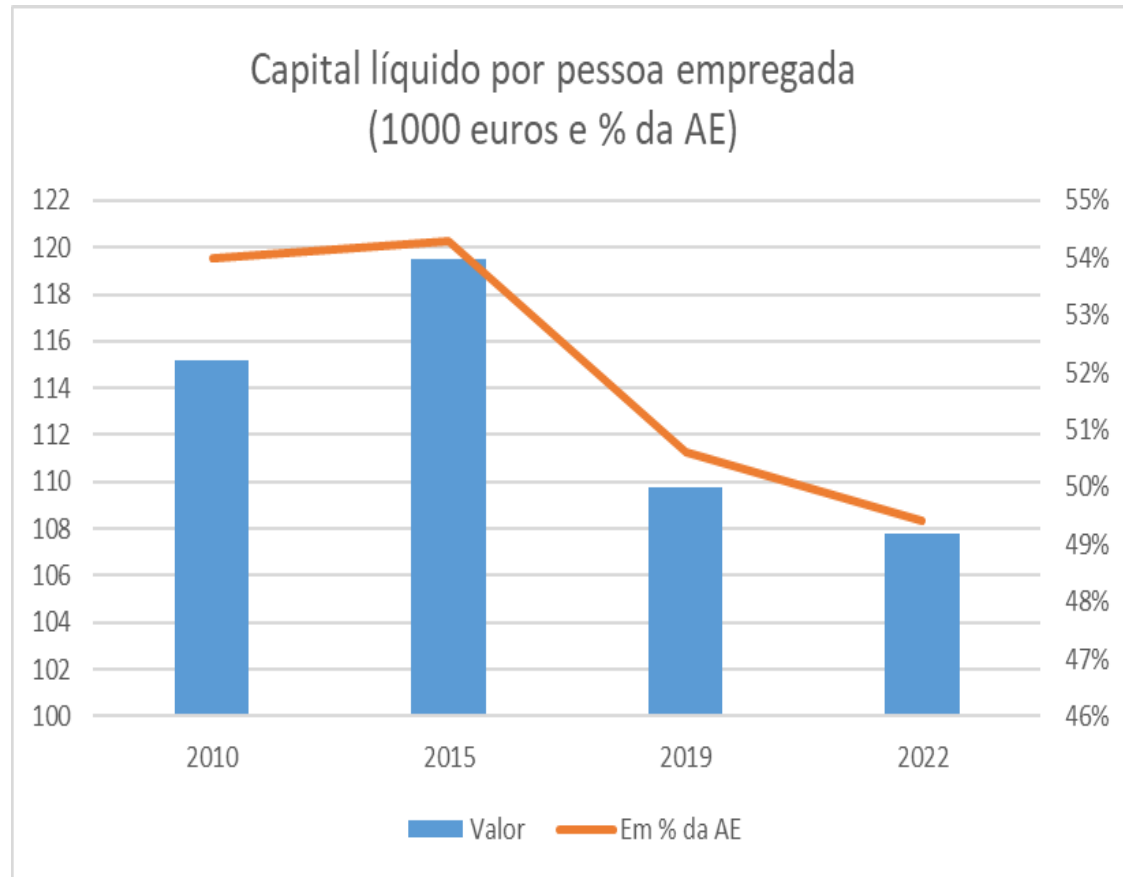




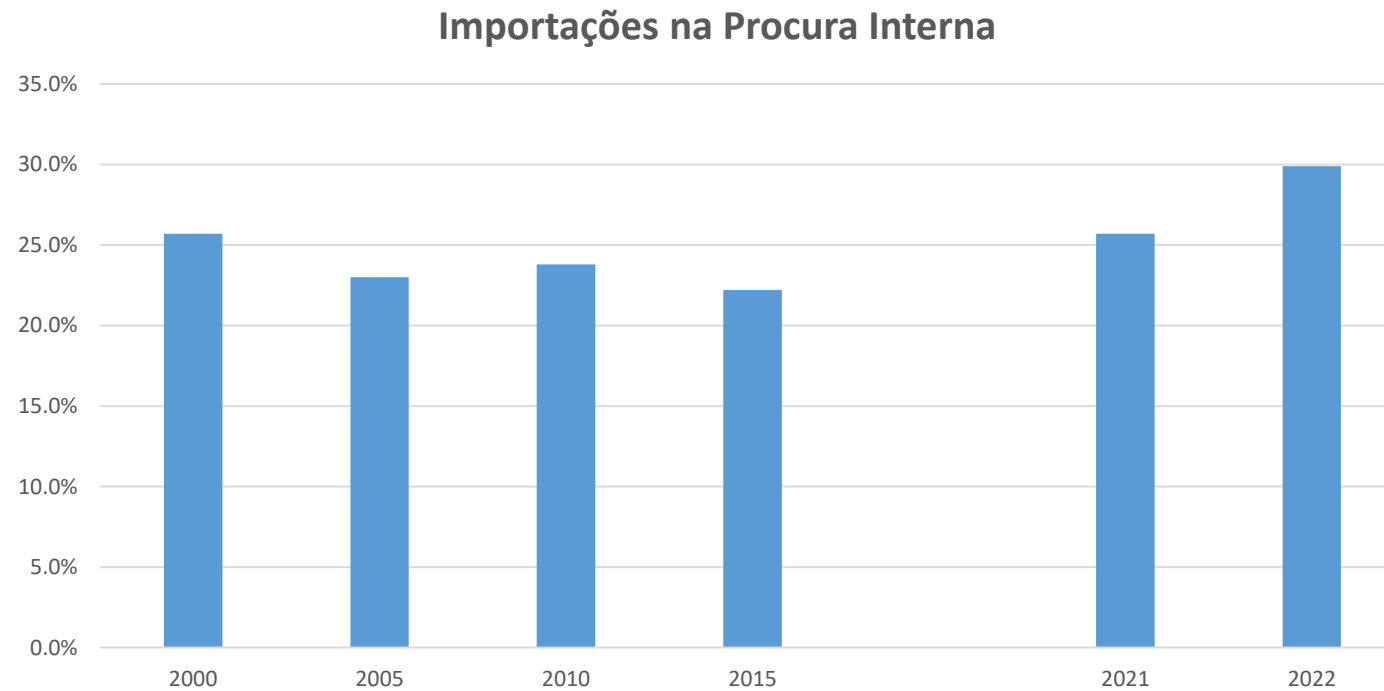
# Investimento limitado em quantidade e qualidade...



# ... resultando num stock de capital pequeno e de baixa produtividade ...

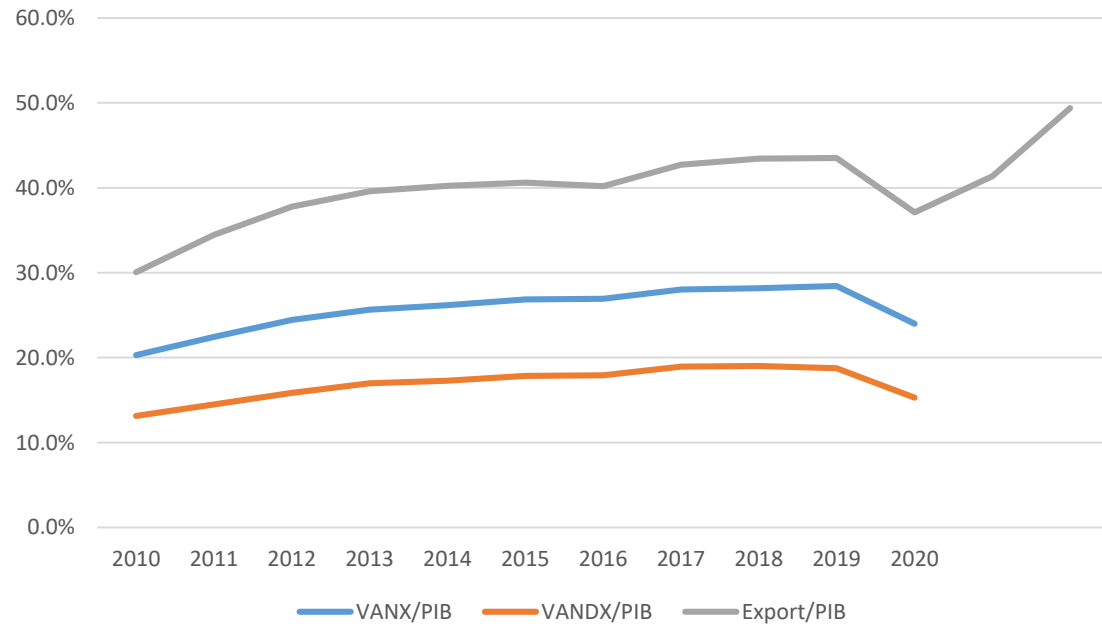


# Uma perda da quota da produção nacional no mercado doméstico

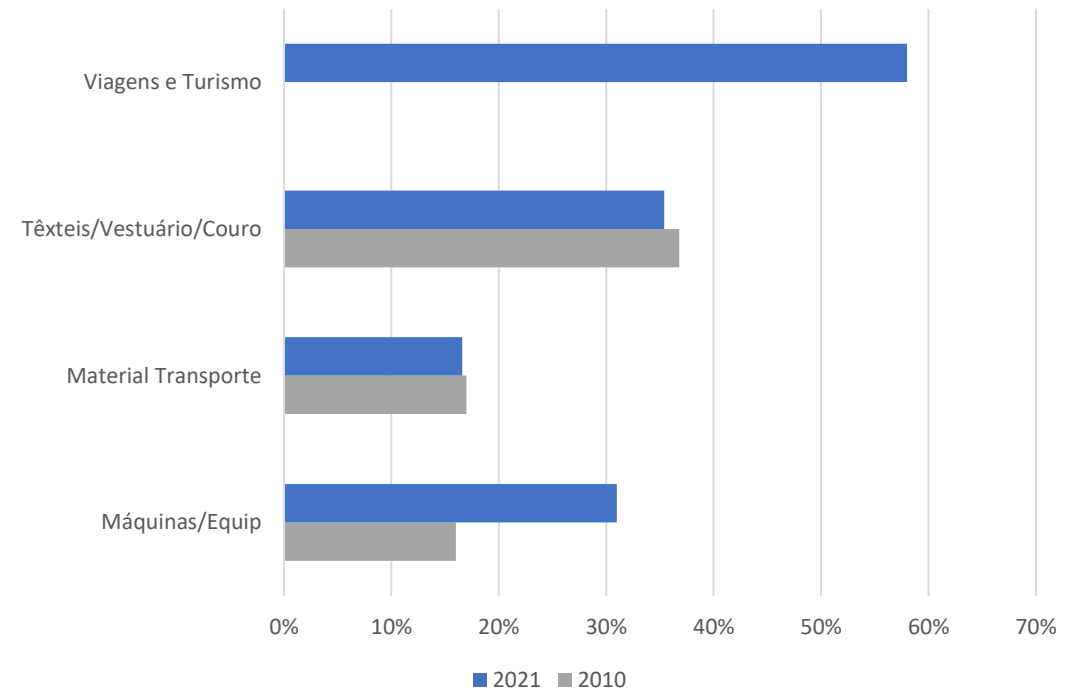


# Um sector exportador em que o valor acrescentado incorporado não tem acompanhado o volume exportado

## Exportações e seu Valor Acrescentado em % do PIB

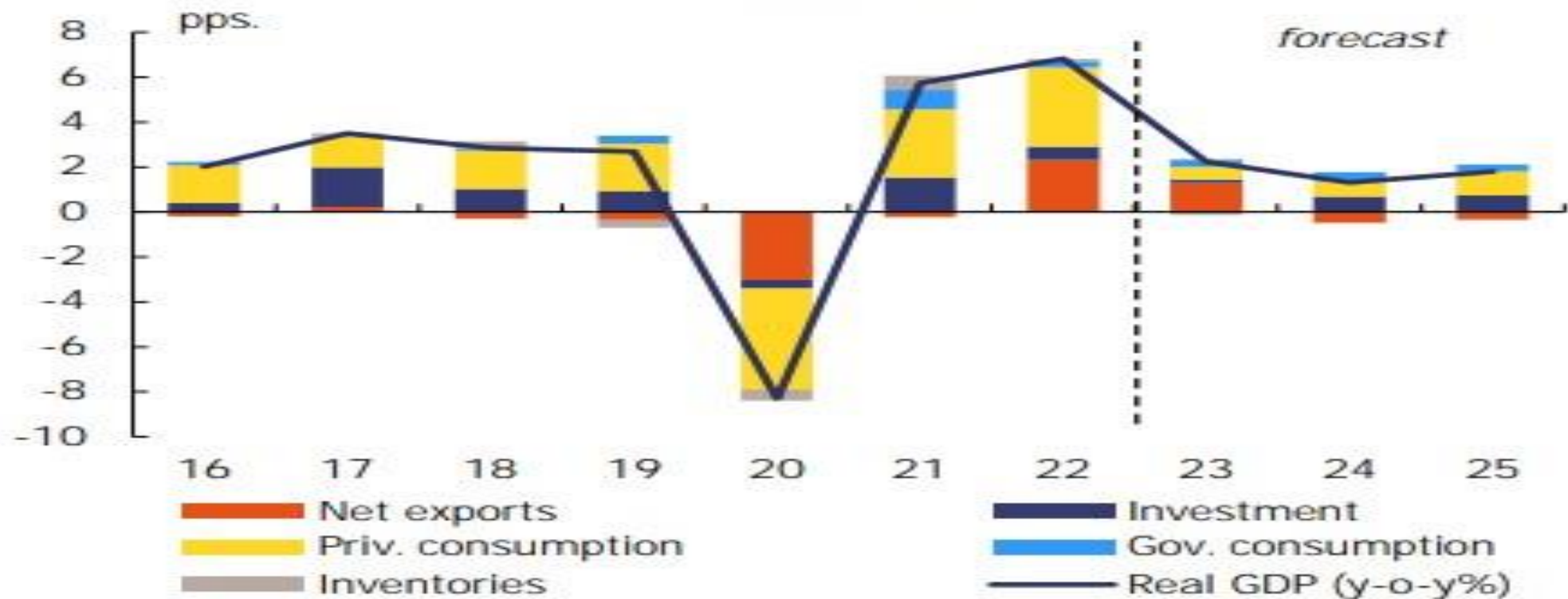


## VAB contido nas Exportações (2021)

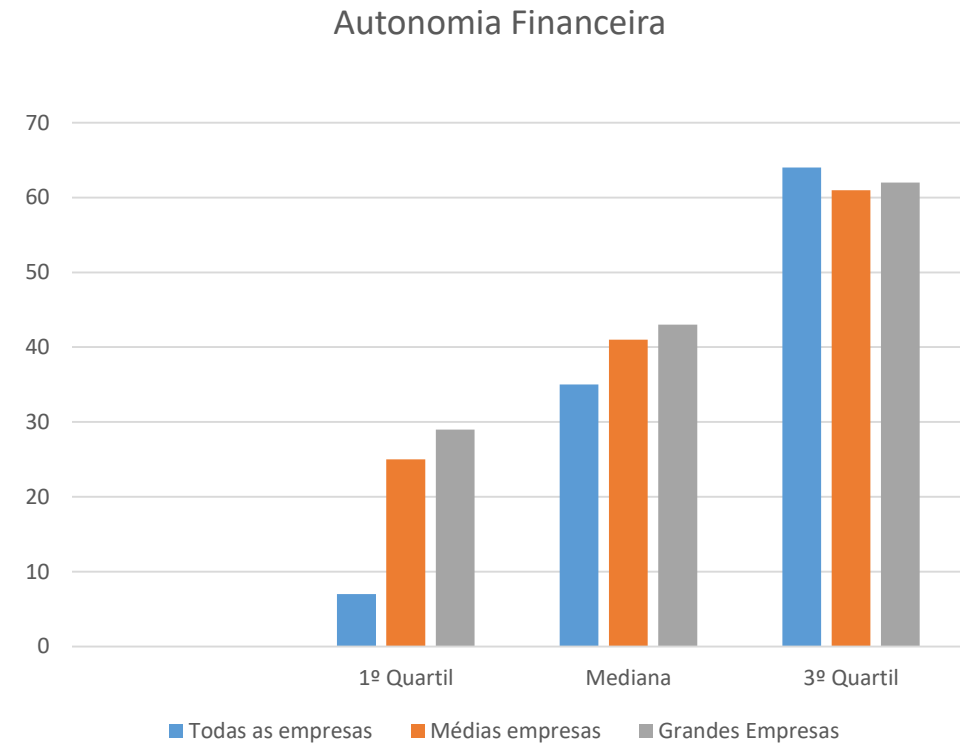
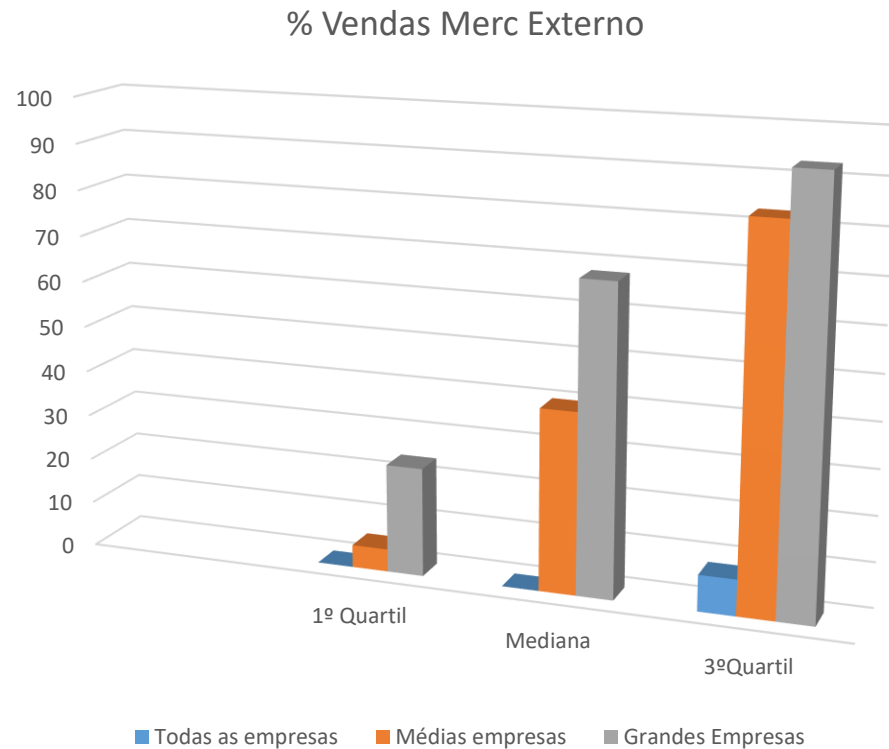


# O papel determinante do Consumo no Crescimento

Graph II.17.1: Portugal - Real GDP growth and contributions



# Um sector industrial em que a percentagem de empresas que exportam é pequena e em que parte importante está descapitalizada



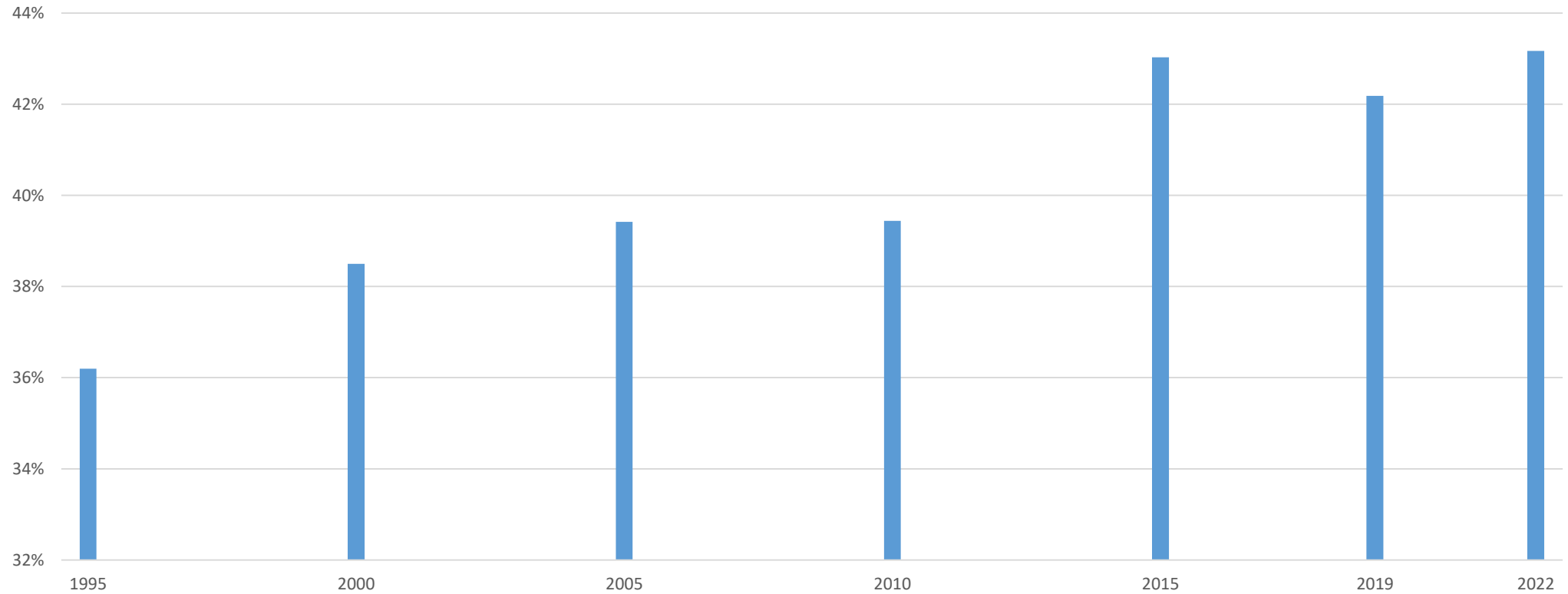
# Um sector exportador do produtos com predominância de produtos com baixo índice de complexidade económica

- **Índice de Complexidade Económica das Exportações, 2021(\*)**
  - **Portugal: 35º** (em 133), sendo o 22º na União Europeia com um valor de 0,74, que compara com 2,26 do Japão (1º) e com 1.94 da Alemanha (4º) ou 1,75 da República Checa (6º)
  - O “Atlas” assinala positivamente a introdução nas exportações portuguesas de um número relevante de **novos produtos** (são referidos 21 nos últimos 15 anos)
  - No entanto, com **fraca expressão quantitativa**: *“Portugal has diversified into a sufficient number of new products but at too small a volume to contribute to substantial income growth.”*

(\*) Harvard Growth Lab

# Finanças Públicas: o nível e a qualidade do déficit

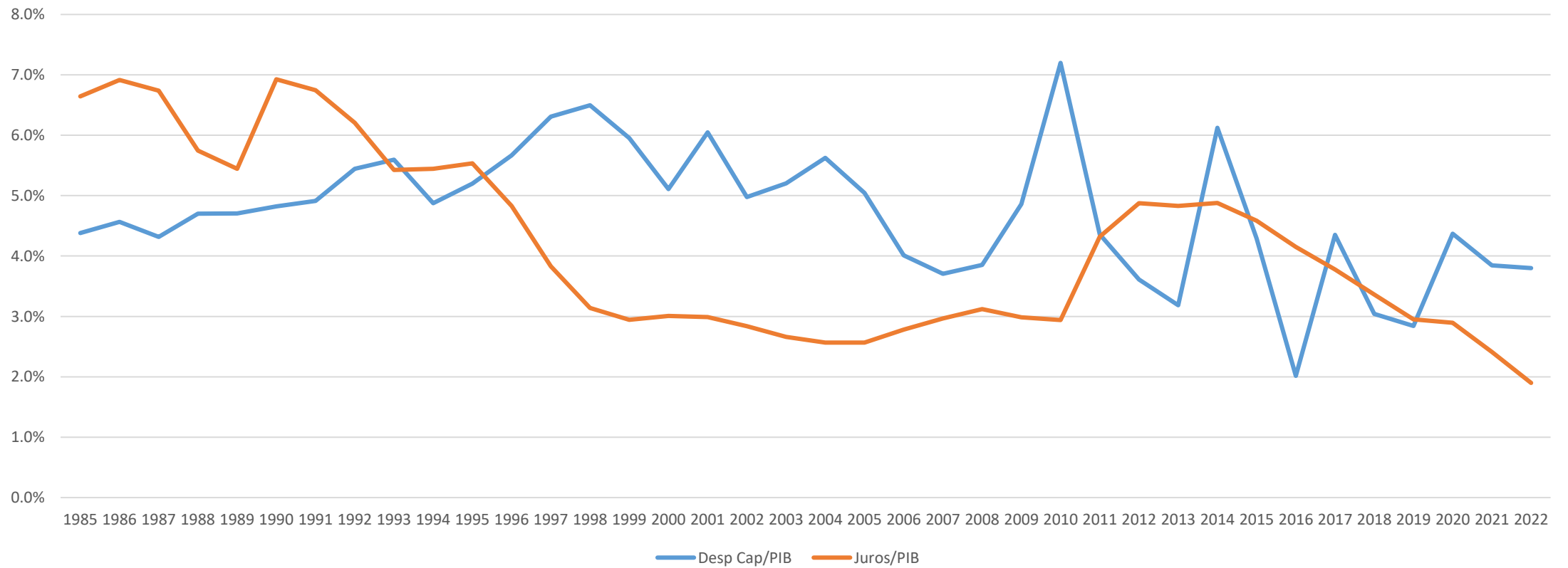
Receitas correntes em % do PIB





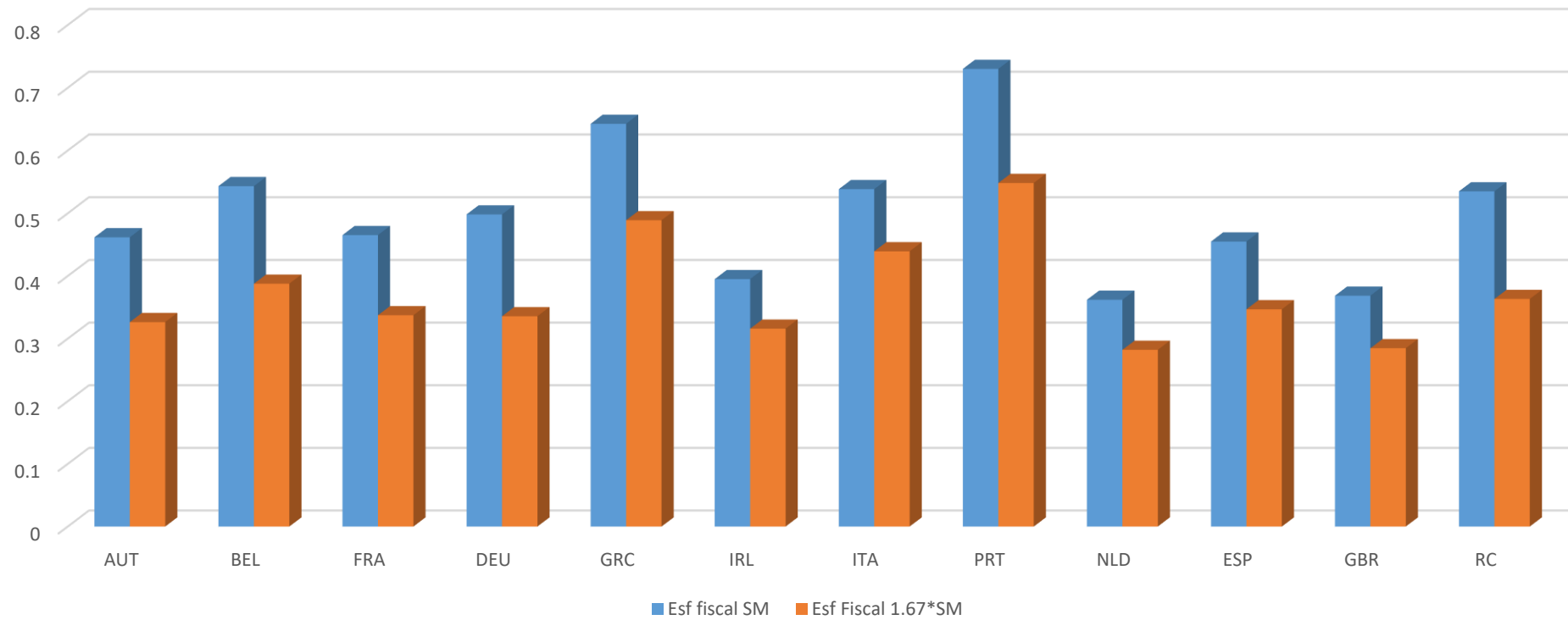
# Finanças Públicas: o nível e a qualidade do défice

## Despesas de Capital e Juros em % do PIB



# Finanças Públicas: o nível e a qualidade do défice

Esforço Fiscal Trabalhadores  
IRS e TSU empregado



## Taxas Efetivas e Nominais de Imposto sobre o Rendimento das Empresas

	Taxa Nominal de Imposto	Taxa Compósita Efetiva		Taxa Nominal	Taxa Compósita Efetiva
Alemanha	29.9	27.5	Irlanda	12.5	12.0
Bulgária	10.0	9.2	Itália	27.8	20.7
Dinamarca	22.0	19.6	Letónia	20.0	17.0
Espanha	25.0	25.0	Lituânia	15.0	13.4
França	34.4	30.3	Polónia	19.0	15.3
Grécia	24.0	26.9	Portugal	31.5	25.6
Países Baixos	25.0	22.6	República Checa	19.0	21.2
Hungria	9.0	10.0	Roménia	16.0	14.3
<b>Média UE</b>	<b>22.0</b>	<b>19.6</b>	<b>Média Tabela</b>	<b>21.3</b>	<b>19.4</b>

Obs: A Taxa Nominal corresponde à «Combined Corporate Income Tax Rate» e a Taxa Efetiva é a «Composite Effective Average Tax Rate (EATR)» da OCDE, que é a fonte dos dados de base. As taxas médias de crescimento do PIB foram calculadas com base nos dados reportados pelo Banco Mundial.

# Finanças Públicas: A Urgência de Reforma Fiscal Coerente

## ❑ Política e Reforma Fiscal: Simplificar, Estabilizar, Reduzir e Racionalizar a carga fiscal

- Uma das mais altas taxas de tributação efectiva em IRC na UE: **25,6%**, (9,2% na Bulgária, 10% na Hungria, 12% na Irlanda, 14,3% na Roménia ou 15,3% na Polónia);
- Mais de 40% das empresas não apresentam lucro tributável; cerca de 40% dos agregados familiares que declaram rendimentos não pagam IRS;
- Benefícios fiscais em níveis elevados (6,4% do PIB) e com **frequentíssima alteração através das leis do OE**
- O custo dos benefícios fiscais em IRC representava, em 2020, **0,79% do PIB** (1/3 da receita de IRC)
- IRC complexo e com desvios significativos entre a realidade económica e a realidade fiscal
- Discriminação fiscal negativa dos capitais próprios e dupla tributação económica dos lucros subsistem.
- O número de escalões de IRS é o mais elevado na UE e a taxa marginal de IRS que incide sobre rendimentos acima de 80 000 euros é 50,5% e acima de 250 000 euros é 53,5% (incluindo a taxa de solidariedade).

# Os instrumentos de política disponíveis disponíveis e a necessidade de utilização consistente

- **Parte da política orçamental e da política fiscal**
  
- **Políticas microeconómicas (melhoria do “contexto” empresarial)**
  - Concorrência
  - Regulamentação de mercados e produtos
  - Eficiência da AP
  - Políticas de inovação
  - Política de captação de IDE
  - Política fiscal para as empresas
  
- **Política macroprudencial**
  
- **Regulação do sistema financeiro (parcial)**

# **A falta de consistência de políticas e instrumentos:**

## **Objectivos vs Políticas Europeias**

- **Regulação prudencial com pontos contraditórios com os objectivos das políticas económica e monetária**
  - ✓ Taxas de juro negativas do BCE vs requisitos de capital e liquidez do próprio BCE
  - ✓ Princípios de análise de risco por parte dos bancos vs requisitos diferenciados de capital independentes do risco
  - ✓ Objetivo de afetação de recursos aos sectores de bens transacionáveis vs menor requisito de capital para créditos dirigidos ao sector imobiliário (habitação)
  - ✓ Objetivo de financiamento das empresas vs ponderador zero das aplicações em dívida pública

# A falta de consistência de políticas e instrumentos :

## Objectivos Nacionais vs Políticas Nacionais

- Objetivo dos **ganhos de escala das empresas do sector transaccionável vs**
  - Taxa de IRC crescente com os resultados das empresas (devido à derrama estadual).
  
- Necessidade de **recuperação de empresas com dificuldades financeiras mas economicamente viáveis vs**
  - Penalização do capital requerido aos bancos em caso de reestruturação de créditos
  - Objectivos quantitativos de redução de NPE, independentemente do seu nível de provisionamento
  
- Necessidade de **recapitalizar as empresas vs**
  - Regime de dedutibilidade fiscal da dívida e
  - Dupla tributação económica dividendos: Estado pode apropriar-se de 50,68% dos resultados gerados

# O Programa para a Produtividade e o Crescimento da Economia

*“O Programa para a Produtividade e o Crescimento da Economia é um conjunto de medidas coerentes, complementares entre si e inovadoras, que se dirige especialmente às empresas, mas também às entidades vocacionadas para a inovação e a investigação aplicada e atravessa, de forma transversal, toda a economia. Pela primeira vez, as políticas microeconómicas juntam-se às reformas estruturais e à política financeira, formando um todo articulado e consistente.” (...)*

*“Estão contempladas medidas que garantam um ambiente geral de concorrência sã, a revitalização do tecido empresarial, a incorporação nas empresas de investigação e desenvolvimento de novos produtos e processos produtivos, a simplificação de processos, a desregulamentação e desburocratização, o aproveitamento da riqueza humana privilegiando não só a sua formação técnico-científica, mas estimulando também a sua produtividade pelo desenvolvimento de tarefas motivadoras e compensadoras”*



## **As Reformas no Programa de Assistência Económica e Financeira 2011/2014**

***“The structural reform agenda is comprehensive and frontloaded. It addresses decisively major obstacles to the proper functioning of factor and product markets. The measures include a reform of the labour market, reinforcement of competition, a review of the judicial system, housing and rental market reform, liberalisation in services sector and network industries, reducing the administrative burden on companies, scaling down the direct involvement of government in the economy, strengthening human capital via further reform of the education system. Moreover, the scope for a budgetary neutral reduction in social contributions (a ‘fiscal devaluation’) will be considered”.***

Comissão Europeia, Junho de 2011